

É possível tecer fios de alta tensão desencapados? Comunicação, jornalismo e acontecimentos sociais que envolvem violência

Carlos Alberto de Carvalho

Doutor; Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil
carloscarvalho0209@gmail.com

Resumo

A metáfora da construção narrativa como o tecer de fios, geralmente tomada em perspectiva que se pretende poética, pode ser uma armadilha conceitual e metodológica quando estamos diante da produção de textualidades sobre acontecimentos que envolvem violências físicas e simbólicas, a exemplo daqueles identificados com a homofobia, agressão e mortes de mulheres. Nosso objetivo é propor, como alternativa, pensar em narrativas comunicacionais e jornalísticas que lidam com acontecimentos que envolvem temáticas sociais controversas a partir da metáfora dos fios de alta tensão desencapados. Metodologicamente, nos guiamos por revisões bibliográficas e por referências a pesquisas por nós realizadas que lidam com violências diversas. Consideramos que a nova metáfora é mais potente, pois permite melhor visualizar as condições sociais de ocorrência da homofobia e das agressões contra mulheres.

Palavras-Chave

Jornalismo. Comunicação. Relações de Gênero. Narrativas. Metáforas.

1 Potência e limite das metáforas

Diversas são as pesquisas nos campos da comunicação, incluindo o jornalismo, que lançam mão da metáfora da tecelagem para explicação dos modos de construção das

narrativas, quase sempre a partir de uma perspectiva que se pretende poética, ao indicar a trama de fios que se entrecruzam na constituição de um emaranhado que, habilmente manipulado, permite tecidos, bordados, trançados de fina harmonia, riqueza de cores, delicada estética e clichês assemelhados. Ao final, teríamos uma história coerente, não necessariamente de final feliz, mas que seria mais bem compreendida pela perspectiva da urdidura de fios desconexos, formando uma trama que adquire inteligibilidade pela ligação entre elementos dispersos.

Metáforas, como propõe Paul Ricoeur (2000; 2011), quando utilizadas pela filosofia e pelas ciências para além da classificação como figuras de linguagem, podem fazer emergir explicações que superam dificuldades conceituais anteriores, rompendo limites de conhecimentos que se encontravam na encruzilhada da repetição ou da impotência inovadora. Por outro lado, também as metáforas podem se transformar em barreiras para inovações semânticas e ampliação das fronteiras da filosofia e das ciências quando aplicadas em sentido literal ou utilizadas de modo a encobrir a realidade que se busca desvendar. É o que propomos refletir neste artigo, tomando como referência o que entendemos ser a impertinência na adoção da metáfora da tecelagem como potente para explicar determinadas construções narrativas.

Mais especificamente, focaremos os modos jornalísticos de narrar violências físicas e simbólicas, presentes em acontecimentos que envolvem relações de gênero promotoras de homofobia, feminicídios e outras formas de agressões contra mulheres, assim como dinâmicas daí derivadas, propondo que, em tais circunstâncias, a metáfora da tecelagem é claramente limitada e reducionista. Uma primeira limitação está, já de saída, no aspecto edulcorado que normalmente acompanha a metáfora da narrativa, como a tramagem de fios que formam tecidos, bordados e outras modalidades identificadas com a hábil manipulação de sedas, algodão, lãs e outras fiações, sintéticas ou naturais. Esses, trançados adequadamente, resultarão em belos casacos, colchas e demais produtos, significando metaforicamente textos que, pela natureza edulcorada pressuposta, seriam portadores de sentido com as mesmas características de beleza e harmonia que resultam da habilidade em tecer. Embrenhar-se pelo universo de acontecimentos que têm a homofobia e as violências contra mulheres como detonadores está longe de qualquer possibilidade de correlação metafórica com fios macios, pelo contrário. Quando lidamos com tais casos, trabalhamos com superfícies ásperas, emaranhados de difícil decifragem, fios que se desencontram, pontas que não se conectam, sentidos aparentes que tendem mais a ocultar do que a revelar conexões.

Propomos, como consequência, que trabalhar com narrativas envolvendo as muitas formas de manifestação da homofobia e das suas consequências individuais e coletivas – assim como com as diversas modalidades de violências contra mulheres, das simbólicas aos assassinatos, caracterizados como feminicídios pela legislação brasileira, e como feticídios em alguns estudos acadêmicos (ALMEIDA, 2012) – tomando como referência a metáfora dos fios de alta tensão desencapados é mais produtivo. Assim procedendo, já partimos das condições de precariedade e dos desafios de desentranhar acontecimentos de elevada complexidade, visto que envolvem preconceitos, hierarquizações que inferiorizam e uma série de estratégias de exclusão e de promoção de violências. Fios de alta tensão desencapados podem e são manipulados, mas requerem habilidades de outra natureza, cuidados adicionais que não estão presentes nas artes da tecelagem de roupas, bordados e afins. Lidar com fios de alta tensão desencapados é estar diante da possibilidade de sofrer de danos físicos, das queimaduras que deformam, à morte. Metaforicamente, acontecimentos atravessados pelas relações de gênero – como a homofobia e suas especificidades (transfobia, bifobia, lesbofobia e variações) e as violências físicas e simbólicas contra mulheres –, estão na ordem dos desafios tensos e densos que envolvem jogos de poder e disputas de sentido.

Em definitivo, não estamos diante da possibilidade de tecer narrativas edulcoradas, de tramar fios sedosos, de cores atraentes, que resultarão em histórias poeticamente elaboradas, entendendo por isso a natureza romantizada de textualidades em que os sentidos emergiriam sem fissuras, sem contradições, sem interdições quanto a dimensões fundamentais cujas condições de construção narrativa estariam dadas de forma mais ou menos pacificada. Continuamos apostando na potência das metáforas para a ampliação dos modos de compreensão das narrativas que envolvem homofobia e violência contra mulheres, mas situando-as em terrenos pantanosos, de areias movediças, de peças que se apresentam fragmentadas, sugerindo aquilo que não são e, muito frequentemente, promovendo silenciamentos.

Se as metáforas são potentes no auxílio aos nossos enfrentamentos de pesquisa, isso significa que lançar mão das suas aberturas heurísticas para inovações semânticas e aperfeiçoamentos compreensivos exige esforços sofisticados do ponto de vista teórico e metodológico. Tomando a metáfora da tecelagem para o desentranhamento dos modos de construção de narrativas, é necessário ir além da crítica às naturezas edulcorada e romantizada que já sinalizamos. Se quisermos que a trama de fios explique as estratégias de busca de sentidos propostos pela narrativa, é indispensável não negligenciar as condições em

que o tecer se dá, quais são os instrumentos e habilidades exigidos. Nesse sentido, é sintomática a negligência sobre limites, como o desgaste físico das mãos, que costuma ficar de fora da metáfora da tecelagem em sua perspectiva edulcorada e romantizada em algumas pesquisas que a acionam nos campos da comunicação e do jornalismo, mas não somente. Tecer é lidar com agulhas, rocas e outros objetos pontiagudos, que potencialmente ferem, desgastam as mãos, provocam cansaço físico e mental. Tecidos podem provocar alergias, por mais macios, coloridos e atraentes que sejam. Tecer pode implicar submeter-se a condições de trabalho estressantes, desumanas e desumanizadoras. Portanto, os limites heurísticos das metáforas manifestam-se também quando as tomamos somente a partir de uma determinada faceta da parte que englobaria um todo. É fato que, para algumas pessoas, as artes do tricô, do crochê, dos bordados e outras formas de transformar fios em vestimentas, objetos de adorno e variantes possuem sentido terapêutico, mas tendem a constituir exceção, e não a regra que revela trabalho fatigante para garantir a sobrevivência.

Ao propormos a substituição da metáfora da tecelagem pela metáfora dos fios de alta tensão desencapados queremos chamar atenção para os múltiplos desafios implicados na compreensão dos modos de construção das narrativas jornalísticas, cujo mote é a homofobia e as violências físicas e simbólicas contra mulheres. Nossa trajetória de pesquisa sobre essas temáticas tem reiterado uma série de problemas teóricos e metodológicos que apontam para problemas de duas naturezas: (1) as dinâmicas sociais implicadas em tais acontecimentos, no entrecruzamento com os processos jornalísticos, impõem repensar as próprias bases explicativas que têm prevalecido em pesquisas jornalísticas; (2) temáticas sociais controversas implicam jogos de poder, disputas de sentido e interdições sobre o que pode ou não ser dito, como deve ser dito e por quem, além das demais variáveis que compõem o campo de investigação sobre as narrativas.

Como fios de alta tensão desencapados, acontecimentos sobre a homofobia, sua dinâmica de manifestação social e consequências derivadas, assim como acontecimentos detonados pelas diversas violências físicas e simbólicas contra mulheres, exigem habilidades especiais de manipulação. Moldar tais fios nem sempre resultará em narrativas cuja inteligibilidade alcança o que de mais desafiador está em jogo. Como veremos, personagens centrais podem ser excluídas, relatos de vida e vivências não raramente são negligenciados ou apresentados segundo recortes redutores, dentre outras exclusões que nos dão, no lugar de narrativas esclarecedoras, fragmentos que tendem a obnubilar as relações de gênero, que em comum atravessam a homofobia e a violência contra mulheres.

Antes de tratarmos de algumas importantes dimensões da narrativa para nossa argumentação, algumas considerações sobre a metáfora são necessárias. Valendo-nos das contribuições de Paul Ricoeur, entendemos, como ponto de partida, que as metáforas – para além da função de figura de linguagem, em que são vistas como palavras ou expressões que, pela lógica da redução, substituem explicações que seriam mais amplas – são recursos expressivos que ampliam as capacidades explicativas da filosofia e das ciências. As metáforas, portanto, operam mais do que lógicas de semelhança, de sinonímia ou de analogia. Elas apontam para as qualidades polissêmicas de palavras, mas, sobretudo, das nossas diversas línguas e modalidades de linguagem. Segundo Ricoeur,

Que a polissemia não é um fenômeno patológico mas um traço de saúde de nossas línguas atesta-o o fracasso da hipótese inversa: uma língua sem polissemia violaria o princípio de economia, pois estenderia o vocabulário ao infinito; violaria, além disso, a regra de comunicação, pois multiplicaria as designações tanto quanto o exigissem, por princípio, a diversidade da experiência humana e a pluralidade dos sujeitos da experiência. Temos necessidade de um sistema lexical econômico, flexível, sensível ao contexto, para exprimir e comunicar a variedade da experiência humana. (RICOEUR, 2000, p. 180).

Uma das potencialidades da metáfora, como se percebe, está no desvelamento da polissemia das diversas línguas naquilo que fazem operar em uma lógica de “economia de sentido”, que, contraditoriamente, amplia semioticamente nossos horizontes de compreensão pela operação de síntese que uma metáfora pode proporcionar. As metáforas, nessa perspectiva, são analisadas por Ricoeur como parte da sua filiação à hermenêutica textual e às premissas do texto como ação. Esse duplo investimento filosófico implica situar as metáforas tanto no campo do deslindamento de sentidos quanto no reconhecimento de que trabalhar com textos, entre eles as narrativas, é situar-se em um campo de ação no qual quem escreve e lê se engaja simultaneamente no desafio da compreensão, da interpretação e da ação de reconfiguração textual, com desdobramentos para a vida prática. Lemos e recriamos as narrativas em gestos que se sobrepõem, e as metáforas constituem operadores privilegiados dessa dupla ação sobre as narrativas. Assim, “Enquanto os textos podem ser identificados com base no tamanho máximo, as metáforas podem sê-lo em seu tamanho mínimo, uma palavra” (RICOEUR, 2011, p. 71).

Nota-se que o contexto constitui um dos elementos centrais às construções teóricas e operações metodológicas que se valem das metáforas, seja tomando-as como o próprio objeto

de estudo, seja adotando-as para ampliações semânticas em outros campos de investigação. Indicamos que o contexto dos acontecimentos que envolvem relações de gênero detonadoras da homofobia e das formas de violência física e simbólica contra mulheres não pode ser adequadamente trabalhado segundo as lógicas de sentido pressupostas pela metáfora da tecelagem, mas torna-se mais rico quando pela metáfora dos fios de alta tensão desencapados. Metodologicamente, Ricoeur adverte-nos sobre alguns limites no trato com as metáforas:

O sentido literal é a totalidade da área semântica, portanto o conjunto dos usos contextuais possíveis que constituem a polissemia de uma palavra, assim não podemos entendê-lo como um pretenso sentido original ou fundamental ou primitivo ou próprio entre os sentidos de uma palavra no plano lexical. Portanto, se o sentido metafórico for algo a mais e diferente da atualização de um dos sentidos potenciais de uma palavra polissêmica (ora, todas as palavras nas línguas naturais são polissêmicas), é preciso que esse emprego metafórico seja somente contextual; ou seja, um sentido emerge como resultado único e fugidio de certa ação contextual. (RICOEUR, 2011, p. 75).

Resulta, assim, que a utilização das metáforas deve buscar a pertinência a partir do que Paul Ricoeur diz ser sempre uma potencial impertinência no uso metafórico, à medida que palavras ou expressões são deslocadas dos que seriam seus sentidos originais para emprestarem maior riqueza compreensiva a outras, cujas limitações semânticas impõem dificuldades de ampliar horizontes. Entretanto, é preciso sempre atenção aos requisitos contextuais, dado que eles são o elemento essencial que permite perceber a pertinência ou a impertinência do uso metafórico de palavras ou expressões. Esse cuidado metodológico não pode ser negligenciado, sob pena de a metáfora perder seu valor explicativo, transformando-se em literalidade que obscurece. Veja-se, a título de exemplo, como a metáfora da “agulha hipodérmica” passou – no início do que Mauro Wolf (1994) denomina “estudos administrativos” das primeiras teorias da comunicação desenvolvidas nos Estados Unidos – da condição de potente na elucidação de processos de interação entre produtos comunicacionais e sociedade, para um entrave ao desenvolvimento de aportes teóricos e metodológicos que superassem as noções de manipulação e poder unilateral, exercidos pelos produtos e processos comunicacionais, no momento em que a metáfora foi tomada em seu sentido literal.

A utilização das metáforas nas ciências sociais possui longa tradição e larga utilização, como indica Jordão Horta Nunes:

As teorias da metáfora constituem um promissor ponto de partida para a formação de um instrumental de reconstrução das ciências sociais, apresentando vantagens em relação às dicotomias metafísicas geralmente empregadas para tal finalidade (e.g., realismo/nominalismo, objetivismo/relativismo etc.). Um repertório “metafórico” de reconstrução permite que a análise se estenda aos três níveis metodológicos: metateoria, teoria e técnica. (NUNES, 2005, p. 390-391).

No que diz respeito às narrativas, as metáforas estão presentes em ao menos dois níveis: no das próprias construções narrativas e nas teorias que buscam identificar suas principais características e dimensões teóricas e metodológicas.

2 O que faz problema conceitual nas narrativas

Recorreremos também a Paul Ricoeur (1994) para pensar sobre as narrativas, que o filósofo situa como a complexa articulação entre tempo e tessitura da intriga. Respondendo à pergunta sobre por que narramos, Ricoeur propõe que o fazemos, entre outras razões, como tentativa de superação das aporias do tempo, que não possui explicação final sobre seus significados e fluxos, seja quando escrutinado segundo suas dimensões físicas e cronológicas, seja por perspectivas fenomenológicas. Narramos também para tornar humano o tempo, para contar experiências, reconstituir historicamente o passado, projetar o futuro, entender o presente quando nos marcos do ofício historiográfico. No plano ficcional, narramos não somente o que é da ordem do inverossímil, da fantasia descompromissada com a realidade, mas também tendo em conta perspectivas éticas que são do nosso estar no mundo com seus muitos desafios. Narrar implica estabelecer concordância a partir da discordância, tanto aquelas que se situam no plano das temporalidades e intrigas não coincidentes quanto da colocação de acontecimentos dispersos no tempo e no espaço em ordem, além da organização de personagens com suas histórias próprias, conflitantes quando da multiplicidade de agentes nas narrativas, mas também na trajetória multifacetada de uma única personagem. Essa ação narrativa, que Ricoeur (1994) também denomina de “síntese do heterogêneo”, está presente tanto em narrativas históricas quanto nas ficcionais, atendendo às especificidades de cada uma, assim como borrando algumas fronteiras entre elas. Assim,

De um lado, podemos ser tentados a dizer que a narrativa coloca a consonância onde há somente dissonância. Desse modo, a narrativa dá forma ao que é informe. Mas então a colocação em forma, pela narrativa, pode ser suspeita de trapaça. No máximo, fornece o “como se” próprio de toda ficção que sabemos ser só ficção, artifício literário. É assim que ela consola perante a morte. Mas, desde que não nos enganemos recorrendo à consolação oferecida pelos paradigmas, tomamos consciência da violência e da mentira; estamos então a ponto de sucumbir à fascinação pelo informe absoluto e pela defesa dessa radical honestidade intelectual que Nietzsche chamava de *Redlichkeit*. É só por uma nostalgia qualquer da ordem que resistimos a essa fascinação e que aderimos desesperadamente à ideia de que a ordem é nossa pátria a despeito de tudo. Logo, a consonância narrativa imposta à dissonância temporal permanece a obra daquilo que convém chamar de uma violência da interpretação. A solução narrativa do paradoxo é apenas o rebento dessa violência. (RICOEUR, 1994, p. 112, grifo do autor).

Aplicado também às narrativas historiográficas e às narrativas jornalísticas, os cuidados éticos do gesto narrativo revelam desafios para evitar as “trapaças”, indicam a impossibilidade de encontrar ordem em tudo que nos envolve, mas sobretudo como não impor interpretações em que acontecimentos, personagens e ações em tempos distintos impõem limites sobre significados possíveis. Narrar nunca é dar conta de uma totalidade, a começar pela simples razão de que quem conta uma história está imbuído do objetivo de fazer prevalecer um ponto de vista interpretativo. Para tal, seleciona acontecimentos, faz recortes contextuais, dá maior ou menor importância a personagens, inclusive destacando ou negligenciando caracteres éticos e morais que lhes sejam favoráveis ou desfavoráveis.

Refletindo sobre as dimensões textuais que desafiam historiadores no ofício teórico e metodológico para dar conta da historiografia, Hayden White também destaca a impossibilidade de narrar integralmente uma determinada realidade.

Quando o objetivo em vista é narrar uma história, o problema da narratividade é expresso na questão de saber se os acontecimentos históricos podem ser fielmente representados como manifestações de estruturas e processos de eventos mais comumente encontrados em certos tipos de discursos “imaginativos”, quer dizer, ficções como o épico, os contos populares, o mito, o romance, a tragédia, a comédia, a farsa e assim por diante. Isso significa que o que distingue as histórias “históricas” das histórias “reais” é antes de mais o conteúdo, e não a forma. O conteúdo das histórias históricas são os fatos reais, fatos que realmente aconteceram, em vez de fatos imaginários, fatos inventados pelo narrador. Isso implica que o futuro narrador descobre a forma como os eventos históricos são apresentados em vez de serem construídos. (WHITE, 1992, p. 42).

Aos limites já indicados em Ricoeur quanto à impossibilidade de narrar integralmente um determinado acontecimento ou história, White acrescenta as limitações que dizem de escolhas textuais que, no caso da historiografia, situa dicotomias clássicas entre real e ficcional. A indicação de que as possíveis distinções entre narrativas reais e ficcionais estão mais no conteúdo do que na forma não se limita a problemas estéticos, mas implica procedimentos éticos, já que o historiador pode escolher narrar os acontecimentos segundo a lógica do épico, do romance, da tragédia, da comédia, da farsa e outros recursos expressivos disponíveis, mas não pode fugir daquilo que documentos, rastros, depoimentos e outras possibilidades de reconstituição permitem apresentar como tendo sido o que potencialmente ocorreu, por exemplo, na Revolução Francesa.

No jornalismo, talvez nem sempre encontremos compromissos éticos sólidos que demarquem as distinções entre real e ficção mais pelo conteúdo do que pela forma. De fenômenos como fake news a estratégias narrativas que apelam para o sensacionalismo, deformações de estilo, exageros, descontextualizações, estratégias de silenciamento, exclusão de personagens e outras artimanhas podem borrar, mais do que em outros campos que se utilizam das narrativas, as fronteiras entre o que pode ser verificado e o que atende a critérios de “invencionice”, cujas motivações nem sempre poderão ser facilmente percebidas. Não se trata, assim, de um problema que se resolva pela indagação acerca de critérios de noticiabilidade, dos limites impostos na construção narrativa pelas rotinas produtivas do jornalismo, pelas políticas editoriais ou outras variáveis exploradas pelas teorias que buscam dar conta do jornalismo. Chamando atenção para o fato de uma narrativa ser mais do que uma simples modalidade textual, permitindo-nos dar sentido à vida e ao nosso envolvimento no mundo com suas intrincadas relações, Bruno Souza Leal (2012) aponta algumas condições das narrativas jornalísticas:

Dessa maneira, sabemos e experimentamos narrativamente o que diz de nós e do que nos cerca e, sob essa perspectiva, ao invés de ser uma variação no interior dos textos e gêneros jornalísticos, a narrativa passa a ter no jornalismo uma de suas possibilidades. Não se trata, então, de perceber a notícia e/ou reportagem como formas narrativas do jornalismo, mas, ao contrário, vê-lo como um modo peculiar, dentre outros socialmente existentes, de conformar narrativas. Se individual e coletivamente produzimos narrativas, constantemente, o jornalismo se apresenta como um modo de narrar que guarda semelhanças e especificidades em relação a outras formas de contar histórias, contribuindo para sua circulação e produção em diferentes âmbitos da vida social. (LEAL, 2012, p. 29).

Os modos de produzir e fazer circular histórias, por meio das narrativas jornalísticas, nas já referidas fronteiras entre ficção e realidade, que incluem outras variáveis (PAVEL, 1986; FARRÉ, 2004), podem ainda ser escrutinados, considerando o uso de metáforas. Nesse sentido, tanto quanto nas metáforas como a que propomos, dos fios desencapados de alta tensão como potentes para a percepção dos modos como o jornalismo narra acontecimentos que envolvem homofobia e violências contra mulheres, há também a possibilidade de investigar as metáforas utilizadas em determinada narrativa jornalística, ou em um conjunto delas, como recurso expressivo. A utilização de metáforas de guerra para referir-se ao combate às drogas, por exemplo, pode resultar em visões distorcidas sobre o “perigo” representado por usuários, criminalizando-os. Nessas e outras circunstâncias, as metáforas possuem importância fundamental, pois sugerem sentidos inusitados, realçam traços que, de outro modo, poderiam ser secundários, tornam salientes incidentes de menor importância e assim por diante.

O entrecruzamento das metáforas com as narrativas dá-se, assim, em uma espécie de inflação de papéis, pois, como antes visto, o recurso metafórico situa-se além da busca de sinônimas e da ampliação de sentidos pela economia do uso de palavras ou expressões, à medida que promove inovações semânticas, nas quais estão postos limites teóricos e metodológicos que emperram ou dificultam avanços na filosofia e nas ciências. Elas articulam-se também, no caso da historiografia, segundo Hayden White (1994), na possibilidade de melhor esclarecer problemas implicados na relação entre componentes científicos e artísticos acionados em explicações históricas, considerando que, para esse autor, a historiografia tem se valido das artes narrativas em suas estratégias de recuperar e contar a História.

Já se afigura possível admitir que uma explicação não precisa ser atribuída exclusivamente à categoria do literariamente verídico, de um lado, ou do puramente imaginário, de outro, mas pode ser julgada exclusivamente em função da riqueza das metáforas que regem a sua sequência de articulação. Assim encarada, a metáfora que rege um relato histórico poderia ser tratada como uma norma heurística que elimina autoconscientemente certos tipos de dados tidos como evidência. Assim, o historiador que opera segundo essa concepção poderia ser visto como alguém que, a exemplo do artista e do cientista moderno, busca explorar certa perspectiva sobre o mundo que não pretende exaurir a descrição ou a análise de todos os dados contidos na totalidade do campo dos fenômenos, mas se oferece como um meio entre

muitos de revelar certos aspectos desse campo. (WHITE, 1994, p. 59, grifos do autor).

Interessa-nos – ao destacar a utilização das metáforas como recursos expressivos que enriquecem narrativas científicas, literárias, jornalísticas e tantas outras – ressaltar o que seria uma espécie de acréscimo de sentido que não se aparta de estratégias com fins estéticos, e, sobretudo, tomar as proposições metafóricas acionadas em investigações jornalísticas como o que pode ampliar teórica e metodologicamente modos de pensar e estratégias de escrutínio. É nessa direção que trabalharemos, a partir de pesquisas próprias realizadas em parceria ou de investigações realizadas por outras pessoas, na indicação do quão problemáticos e problematizadores são os acontecimentos que tratam da homofobia e de violências contra mulheres, perpassadas por relações de gênero, quando apanhadas narrativamente pelo jornalismo.

3 O que narrativas jornalísticas negligenciam como problema

Para além do autoproclamado compromisso com a pluralidade de opiniões, com a diversidade de pontos de vista e com a fiel limitação à “verdade dos acontecimentos”, o jornalismo é atividade humana marcada por contradições, por fissuras, por escolhas guiadas segundo opções ideológicas, econômicas, políticas, comportamentais, morais etc. Consequentemente, regras sobre como produzir narrativas, princípios deontológicos balizadores de ação ética e outras estratégias necessárias aos incessantes fluxos de produção e circulação noticiosos estão permanentemente sujeitos à falibilidade, quando não constituem mesmo mitos profissionais e mercadológicos a serviço de algo tão distante quanto a isenção, a neutralidade e outras impossibilidades, não somente para a atividade jornalística, como também para a científica e outras modalidades do agir humano sobre o mundo; é importante destacar isso, para não sugerir que o problema se restringiria ao jornalismo e seus processos.

Quando nos deparamos com coberturas jornalísticas de acontecimentos socialmente controversos, que geram dissenso e demandam ações de superação de desigualdades econômicas – de desníveis de acesso a bens culturais, educação, saúde, respeito aos direitos humanos, combate a uma multiplicidade de preconceitos – torna-se ainda mais difícil aceitar como adequados certos cânones teóricos voltados para o desafio conceitual e metodológico

de entender o jornalismo. Por isso, temos privilegiado, em nossas pesquisas, temáticas que, pela natureza desafiadora que apresentam, quando da sua própria elucidação, oferecem novos olhares sobre as estratégias para pensar o jornalismo, levando a deslocamentos críticos acerca de modos viciados de olhar para as teorias jornalísticas e, por extensão, para a análise de suas narrativas, estratégias de negociação de sentidos e disputas de poder com outros atores sociais. Assim, partimos do princípio de que o próprio jornalismo é um ator social e, como tal, não pode ser pressuposto como detentor de poderes unilaterais sobre a sociedade (CARVALHO, 2012a).

Nossas pesquisas sobre narrativas jornalísticas e sobre as teorias do jornalismo mais amplamente consideradas, nas quais pesam recortes empíricos e temáticos distintos ao longo do tempo, têm mantido em comum o que podemos denominar relações de gênero. Em nossos estudos, elas materializam-se na homofobia e suas consequências sociais, nos planos individual e coletivo e nas diversas modalidades de violências físicas e simbólicas contra mulheres, particularmente aquelas que ocorrem nas chamadas relações de confiança, seja por parentesco (pais, filhos, tios, avós, ex-maridos etc.), por proximidade (vizinhos, colegas de trabalho e de escola etc.) ou por necessidades sociais (funcionários de transportes públicos, entregadores de comida, água e gás, técnicos em reparos domésticos etc.).

As relações de gênero permitem-nos – a partir de um pano de fundo de compreensão das dimensões políticas que buscam superar os binarismos e determinismos biológicos que marcam as noções de sexo e das sexualidades – melhor compreender fenômenos derivados dessas duas esferas de sentido. Tomando como referência pensadoras como Judith Butler (2007; 2008) e Guacira Lopes Louro (2007), entre outros aportes teóricos, é possível identificar, nas relações de gênero, princípios de misoginia, machismo, dividendos masculinos derivados do patriarcalismo em prejuízo das mulheres, homofobia, uma gama de derivações promotoras de preconceitos, hierarquizações que inferiorizam, violências físicas e simbólicas e uma série de outras estratégias de depreciação.

Esses elementos e particularizações que serão abordados, a partir das especificidades de pesquisas a que recorreremos, constituem parte importante do contexto que nos leva a propor os limites da metáfora da tecelagem, de forma a dar conta da complexidade das narrativas jornalísticas que têm as relações de gênero como tema detonador de acontecimentos envolvendo homofobia e violências físicas e simbólicas contra mulheres. Como é perceptível nessa breve síntese de elementos constitutivos das relações de gênero, estamos diante de fios de alta tensão desencapados com elevado potencial para causar danos

físicos e psicológicos, tendo a morte como limite mais trágico. Nessa acepção metafórica, damos relevo a desafios teóricos e metodológicos, mas também à necessidade política de enfrentamento de dificuldades, inclusive narrativas, para moldar esses fios com poder de letalidade, dando a conhecer ao mundo formas de perpetuação de injustiças e estratégias para que sejam combatidas.

Em pesquisa sobre narrativas jornalísticas de acontecimentos envolvendo a homofobia e suas consequências, que realizamos a partir de notícias publicadas nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, notamos a dificuldade de nomear os preconceitos contra a população LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros), como ódio de fundo homofóbico, inclusive com as próprias narrativas jornalísticas promovendo visões estereotipadas derivadas da homofobia. Assim, lésbicas apareciam associadas a gestos rudes, travestis eram identificadas com o mundo da prostituição e do crime e ocorria a quase invisibilidade de bissexuais e pessoas transgênero. Em raras ocasiões, quase sempre em artigos escritos por colaboração externa aos jornais ou quando da promoção oficial de eventos, como o Dia de Combate à Homofobia, o termo homofobia vinha explicado em seus contornos teóricos e derivações políticas. A tensão originária das dinâmicas da homofobia alcança, na produção narrativa dos jornais pesquisados, dificuldades não somente relativas à sua nomeação em casos concretos de violência física e simbólica, incluindo assassinatos de pessoas LGGBT+, como interdições relativas aos seus significados conceituais e alcance social (CARVALHO, 2012a).

Não pretendemos que as narrativas jornalísticas deem conta de um conceito tão complexo e polissêmico quanto a homofobia, que, segundo estudiosos como Daniel Borillo (2001), indica rechaços não somente a pessoas assumidas como homossexuais, como também contra todas aquelas que se supõe serem homossexuais. Trata-se, assim, de um fenômeno social sujeito a equívocos conceituais, como na sugestão de doença, pressuposta pelo sufixo “fobia”, mas não só. Se o rechaço seria contra homossexuais na origem da palavra, Borillo (2001), além de outras pessoas que pesquisam a homofobia, indica que o termo potencialmente exclui as demais pessoas da sigla LGBT+, motivo que leva à proposição de termos específicos, como lesbofobia, transfobia e bifobia, na tentativa de superar os limites teóricos e o alcance do fenômeno. Mas, por outro lado, é fundamental indicar os limites das narrativas jornalísticas no trato da homofobia, os quais resultam potencialmente no seu reforço, ainda que contraditoriamente possam elevar a visibilidade do seu alcance e das suas consequências.

Em outra pesquisa que conduzimos tendo a homofobia como tema, constatamos, em narrativas jornalísticas publicadas pelos jornais O Globo, Folha de S.Paulo e Estado de Minas, a permanência da associação da AIDS a homossexuais, com traços do recrudescimento da homofobia que os primeiros casos públicos da síndrome desencadeou no início dos anos 1980, mesmo decorrida três décadas da sua aparição pública:

A homofobia, pelo que representou de força mais eloquente na cobertura da Aids nos anos 1980, é a que mais se destaca – embora não numericamente – como memória daqueles tempos nas narrativas que analisamos. Mesmo aparecendo em apenas três narrativas como citação direta (indiretamente é possível notá-la nas referências aos “grupos de risco”), ela mereceu tratamento não dispensado a outros temas, revelando o quanto ainda se trata de problema a ser enfrentado, em pelo menos dois níveis: o do seu combate como questão social complexa, provocadora de danos físicos e psicológicos às suas vítimas, e o do da vulnerabilização que ela promove em termos de exposição ao HIV, tal como aparece nas próprias narrativas sob análise, indicando que, por exemplo, a criminalização da homossexualidade e da prostituição em diversos países impede políticas abertas de prevenção dirigidas a homossexuais masculinos e a homens que fazem sexo com homens. (CARVALHO, 2012b, p. 115).

Da homofobia passamos a pesquisas que analisaram, a partir de narrativas jornalísticas, as violências físicas e simbólicas contra mulheres, realizadas em conjunto com os professores A, B e C, além de discentes em atividades de iniciação científica, mestrado e doutorado. Com um vasto *corpus* de narrativas, que incluiu jornais impressos (Estado de Minas e Super Notícia), telejornais (Jornal Nacional, Jornal da Alterosa 2ª edição e Balanço Geral Minas), um radiojornal (Jornal da Itatiaia) e sites (G1, Uai e Uol), constatamos que o jornalismo apresenta uma série de lacunas na construção de narrativas que lidam com crimes contra mulheres e com as formas de violências físicas e simbólicas que as vitimam. Dentre outras descobertas, destaca-se que:

A partir da análise dos dados coletados, a constatação básica tem sido que as mídias noticiosas apresentam os eventos encerrados em si mesmos, sem conexão com causas e efeitos, com a narrativa voltada principalmente para a caracterização da “chamada cena do crime”, na maioria dos casos, de acordo com a perspectiva oferecida pela instituição policial, ignorando as consequências e, muitas vezes, a trajetória cumprida pelas mulheres quando buscam ajuda. A leitura das histórias jornalísticas ainda indica a baixa permeabilidade a questões que estão sob tensão e controvérsia na esfera pública. [...]. Não só os assassinatos, mas também questões como hierarquias de gênero, aborto, impactos das leis brasileiras que protegem

as mulheres e punem os agressores são quase totalmente ignorados nessas histórias, embora lidem diretamente com essas e outras situações de violência física e violência simbólica contra as mulheres presente em debates e controvérsias que circulam na esfera pública. (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2018, p. 7-8).

As lacunas explicativas sobre as relações de gênero como motivadoras de violências físicas e simbólicas contra mulheres foi também a tônica em pesquisa na qual investigamos narrativas jornalísticas publicadas nos sites Uol (Brasil) e Público (Portugal). A comparação entre os dois sites revelou que temas centrais para a compreensão dos crimes de gênero contra mulheres em condições de proximidade invisibilizam dados indispensáveis à inteligibilidade deles como frutos de dinâmicas, identificadas com o feminicídio. Além disso, há tendência a excluir as mulheres vítimas de violência como personagens nomeadas das narrativas, inclusive em situações que a ética não exigiria tal omissão de identidade como proteção à vítima. No lugar dessas mulheres e das suas histórias, não raro são destacados os homens agressores, prevalecendo, no entanto, a fala policial – tanto no lugar de autoridade quanto no de intermediário que narra o crime contra a mulher –, a partir de todos os filtros morais que delimitam a abordagem das violências. Essas falas são também marcadas pela banalização de violências físicas e simbólicas como próprias de “crimes passionais” ou mero dado estatístico que se soma a outros assassinatos e violências cotidianas.

Assim como no caso da homofobia, as definições conceituais do feminicídio são complexas, dado que não pode ser desconsiderado na explicitação das razões de sua quase ausência como motivador dos crimes contra mulheres nas narrativas jornalísticas que analisamos em notícias no Brasil e em Portugal. Se o feminicídio pode ser definido como um tipo específico de crime, aquele que recai sobre as mulheres exclusivamente por sua condição de ser mulher, portanto, com componentes misóginos, patriarcais, sexistas e do machismo (ALMEIDA, 2012), há nuances mais intrincadas. Por exemplo, não se pode relegar a segundo plano a conotação política que o termo carrega, ao denunciar a especificidade de crime de ódio, afastando-o dos crimes comuns ou por motivações passionais. As dimensões políticas foram, inclusive, indispensáveis para que a Presidenta Dilma Rousseff sancionasse, em 2015, a Lei do Feminicídio, responsável pelas únicas aparições do termo que identificamos na pesquisa no site Uol. Ou seja, somente na divulgação da promulgação da lei o termo aparece como explicação para crimes tipificados, não tendo sido encontrado em nenhuma outra narrativa do site brasileiro que tratou de assassinato de mulheres. No site português Público, feminicídio não aparece em nenhuma narrativa.

Bárbara Lopes Caldeira, ao pesquisar crimes contra mulheres em notícias publicadas no jornal *Super Notícia*, constatou que o jornalismo é também promotor, pelo modo como constrói suas narrativas, de violências contra mulheres que foram vítimas de assassinato, por meio de estratégias textuais recorrentes. Trata-se, assim, de acrescentar aos problemas que nossas investigações deixaram perceber, de atitude que vai além de silenciamentos, interdições sobre o que dizer, quem pode dizer – e segundo que lógicas narrativas – e das dificuldades de nomear as relações de gênero como motivadoras das violências físicas e simbólicas e dos feminicídios. A pesquisadora valeu-se dos pressupostos conceituais das narrativas segundo proposições de Paul Ricoeur e da definição do feminicídio, constatando que:

A partir do esforço de pesquisa mencionado, chegamos ao que podemos considerar três eixos principais de violência, por parte do jornalismo, para com as mulheres já violentadas: 1) a qualificação das vítimas, que as divide em categorias de “boa vítima” e “má vítima”, e dos agressores tomados como “assassino previsto” ou “assassino não previsto” sempre de maneira conectada a possíveis ações da vítima; 2) as relações de causalidade que o relato jornalístico estabelece para tentar dar conta do assassinato de mulheres e 3) um interesse pela cena da notícia que mais parece preocupado em reconstruir o sofrimento daquela mulher, escrutinando seu cadáver, e que se nega a encaixar o episódio em um quadro mais amplo de uma violência específica. (CALDEIRA, 2017a, p. 11).

Os dados apresentados por Bárbara Lopes Caldeira (2017a) apresentam-nos um quadro mais amplo dos desafios impostos na investigação de narrativas jornalísticas que têm as relações de gênero como detonadoras de acontecimentos que envolvem violências físicas e simbólicas. Reconhecer, nas próprias narrativas jornalísticas, o prolongamento da violência contra mulheres, especialmente na situação extrema do assassinato, é dar um passo adiante, pois agora não estamos somente diante de silenciamentos e negligências sobre significados de termos chave, mas frente à ação do jornalismo como insensível à memória e à história de mulheres cujo sofrimento não se limita ao momento do assassinato, tal como indicam as teorias sobre os feminicídios, mas sim normalmente representa a ponta de um ciclo de violências e horrores que se apresentam como um continuum por longo período.

4 Considerações finais

Propor a substituição da metáfora da tecelagem pela dos fios de alta tensão desencapados como mais produtiva heurísticamente para a compreensão dos modos como são produzidas narrativas jornalísticas que têm nas relações de gênero elementos detonadores de acontecimentos relativos à homofobia e suas consequências, assim como as variadas modalidades de violência física e simbólica contra mulheres, é chamar atenção para desafios teóricos e metodológicos de alta complexidade. No que diz respeito às duas metáforas, trata-se de sair da perspectiva que denominamos edulcorada e romantizada, quando lidamos com a tecelagem – com as consequentes negligências contextuais sobre as dinâmicas do próprio trabalho de tecer com seus desgastes –, para o terreno conflitivo sugerido pelo manuseio de fios de alta tensão desencapados. Os riscos e cuidados especiais na lida com tais fios, de saída, são advertências metafóricas sobre condições contextuais que exigem proteção específica, indicando as enormes dificuldades de manipular material de elevada letalidade, potencialmente causador de sofrimentos.

Os exemplos que acionamos – derivados de pesquisas individuais e coletiva, assim como de pesquisas de Bárbara Lopes Caldeira (2017a, 2017b), situada no mesmo universo de preocupações teóricas e metodológicas – são esclarecedores acerca dos limites impostos pela homofobia e pelas violências físicas e simbólicas contra mulheres à atribuição de inteligibilidade, pelo jornalismo, de acontecimentos regidos pela lógica das relações de gênero. Não se trata, necessariamente, nas pesquisas já desenvolvidas, naquelas em curso ou em vindouras, de apresentar discussões detalhadas sobre o que são as metáforas em suas concepções mais gerais e em suas especificidades (no nosso caso, a tecelagem e a lida com fios de alta tensão desencapados), a partir de dimensões teóricas e metodológicas, mas de tomá-las como um pano de fundo que permanentemente nos alerta para os riscos de diminuição da nossa capacidade investigativa a depender das referências metafóricas que acionamos. Nem sempre, destaque-se, de forma intencional ou consciente.

Financiamento

Este artigo resulta de pesquisas realizadas com financiamentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Referências

- ALMEIDA, Iris Sofia Balbino. **Avaliação de risco de femicídio**: poder e controle nas dinâmicas das relações íntimas. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) - Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2012.
- BORILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Belaterra, 2001.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CALDEIRA, Bárbara Lopes. Narrativas de violência, narrativas violentas: reflexões sobre o jornalismo e o assassinato de mulheres em relações de proximidade. In: ENCONTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL DE MINAS GERAIS, 10., 2017, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: CEFET, 2017a. p. 1-16.
- CALDEIRA, Bárbara Lopes. **Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos**: o tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus agressores nas páginas de dois impressos mineiros. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Feral de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017b.
- CARVALHO, Carlos Alberto. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba: Appris, 2012a.
- CARVALHO, Carlos Alberto. Narrativa jornalística e memória: a cobertura noticiosa dos 30 anos de aparição pública da AIDS. **Líbero**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 105-118, dez. 2012b.
- FARRÉ, Marcela. **El noticiero como mundo posible**: estrategias ficcionales en la información audiovisual. Buenos Aires: La Crujía, 2004.
- LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. **Narrativas e poéticas midiáticas**: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2012.
- LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto; ANTUNES, Elton. La violencia contra mujeres brasileñas en las esferas pública y mediática. **Comunicar**, [S.l.], p. 19-28, 2018.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- NUNES, Jordão Horta. **As metáforas nas ciências sociais**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- PAVEL, Thomas G. **Fictional worlds**. [S.l.]: Harvard College, 1986.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994. Tomo 1.

RICOEUR, Paul. A metáfora e o problema central da hermenêutica. In: RICOEUR, Paul. **Escritos e conferências 2**: hermenêutica. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

WHITE, Hayden. **El contenido de la forma**: narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1992.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

Is it possible to weave uncoated high voltage electric wires? Communication, journalism and social events involving violence

Abstract

The metaphor of narrative construction as wire weaving, usually taken in a perspective that is purportedly poetic, can be a conceptual and methodological trap when we are faced with the production of textualities about events involving physical and symbolic violence, such as those identified with homophobia, and aggressions and deaths of women. Our objective is to propose, as an alternative, to think of communicational and journalistic narratives that deal with events involving controversial social issues taking as reference the metaphor of uncoated high voltage electric wires. Methodologically, we guide us through literature reviews and references to research carried out by us, which deal with various forms of violence. We consider that the new metaphor is more powerful, since it allows better visualization of the social conditions of occurrence of homophobia and of aggressions against women.

Keywords

Journalism. Communication. Gender Relations. Narratives. Metaphor.

Recebido em 08/04/2018

Aceito em 16/06/2018

Copyright (c) 2019 Carlos Alberto de Carvalho. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

